

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.812.059 - MG (2019/0123335-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**EMBARGANTE** : **OZANAN MEIRELES GONCALVES**  
**ADVOGADOS** : **DIOGENES QUINTINO GOMES FILHO - MG086993**  
 : **NAIDIMA GUIMARÃES BORGES - MG139977**  
**EMBARGADO** : **AUTO OMNIBUS FLORAMAR LTDA**  
**ADVOGADOS** : **GUSTAVO DE CASTRO SILVA ATAIDE - MG080688**  
 : **VINICIUS MATTOS FELICIO - MG074441**  
 : **JULIA PEREIRA BELISARIO E OUTRO(S) - MG143852**  
**ADVOGADA** : **ANA AUGUSTA MARQUES MENDANHA MARQUES - MG063579**  
**EMBARGADO** : **NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO**  
**ADVOGADO** : **GRACIELLE AUXILIADORA DOS SANTOS COLEN - MG140335**

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. EFEITOS MODIFICATIVOS. NÃO CABIMENTO. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 1.022 E INCISOS DO CPC. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. INCABÍVEL QUANDO NÃO FIXADOS NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Depreende-se do artigo 1.022, e seus incisos, do novo Código de Processo Civil, que os embargos de declaração são cabíveis quando constar, na decisão recorrida, obscuridade, contradição, omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado o julgador, ou até mesmo as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, do CPC, que configurariam a carência de fundamentação válida. Não se prestam os aclaratórios ao simples reexame de questões já analisadas, com o intuito de dar efeito modificativo ao recurso.

2. No caso dos autos, nota-se que não ocorre nenhuma das hipóteses previstas no artigo 1.022, e seus incisos, do CPC, pois houve manifestação quanto a incidência da taxa SELIC para dar aplicação ao art. 406, do CC/2002, no presentes caso.

3. Embargos de declaração rejeitados.

**DECISÃO**

**1.** Cuida-se de embargos de declaração (fls. 715-721) opostos por OZANAN MEIRELES GONCALVES, em face de decisão desta relatoria, a qual negou provimento ao recurso especial, e restou assim ementada (fl. 704-712):

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL.

ACÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE COLETIVO PÚBLICO. INDENIZAÇÃO. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 489, § 1º, 1.022 DO CPC. INOCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO AO ART. 944 DO CC. REVISÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. INVIÁVEL. SÚMULA 7/STJ. JUROS DE MORA. ART. 406 DO CC. TAXA SELIC. EXCLUI A INCIDÊNCIA CUMULATIVA DA CORREÇÃO MONETÁRIA. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Em detido exame do caso, não se vislumbra a nulidade do acórdão por infringência ao artigo 1.022 do CPC, ante a alegada negativa de prestação jurisdicional (489, § 1º, do CPC de 2015), ao argumento de que, embora instado, o Tribunal local não se manifestou a respeito tese recursal posta na apelação cível do autor, isto é, quanto a incidência de juros de mora e correção monetária sobre o valor da indenização por danos morais.

2. Ao firmar a conclusão de que houve dano moral e ao arbitrar o valor da indenização para R\$ **18.740,00** (dezoito mil setecentos e quarenta reais), o Tribunal recorrido tomou em consideração os elementos fáticos carreados aos autos, cuja reapreciação é vedada por esta Corte ante o óbice da Súmula 7/STJ.

3. É pacífico nesta Corte que, em sede de recurso especial, a revisão da indenização por dano moral apenas é possível quando o valor fixado nas instâncias originárias for irrisório ou exorbitante. Não estando configurada uma dessas hipóteses, incide a Súmula 7 a obstaculizar a reavaliação do valor fixado. Precedentes.

4. "A incidência da taxa SELIC a título de juros moratórios, a partir da entrada em vigor do atual Código Civil, em janeiro de 2003, exclui a incidência cumulativa de correção monetária, sob pena de *bis in idem*. Precedentes. Embargos de Declaração acolhidos." - (EDcl no REsp 1077077/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/05/2009, DJe 05/06/2009)

5. Recurso especial parcialmente provido.

Em suas razões, a parte embargante, com fulcro no artigo 1.022 do Código de Processo Civil, aduz que a decisão embargada teria incorrido em obscuridade ao deixar de declarar qual o índice deveria ser aplicado ao caso em tela: a taxa SELIC OU a correção monetária pelo índice da tabela da Corregedoria de Justiça e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês - (fl. 720)

Aduz que há necessidade de ser aclarada a obscuridade, tendo em vista que o juiz de primeira instância estipulou em sentença a aplicação de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor devido.

É o relatório.

2. O artigo 1.022, e seus incisos, do novo Código de Processo Civil, claramente prescrevem as quatro hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, tratando-se de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que patente a existência de (1) obscuridade, (2) contradição, (3) omissão no julgado, incluindo-se nesta

última as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida, e por derradeiro, (4) o erro material.

3. Na espécie, quanto à suposta obscuridade, a parte embargante argumenta que *"tendo em vista ainda que o MM. Juiz de primeira instância estipulou em sentença a aplicação de juros de 1% de mora sobre o valor devido, os Embargante vem requerer que seja sanada a obscuridade apontada, declarando qual índice deverá ser aplicado ao caso em tela: a Taxa SELIC ou a correção monetária pelo índice da tabela da Corregedoria de Justiça e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês"*. (fl. 720) - [grifou-se]

Entretanto, ao contrário do que se assevera acima, como já mencionado na decisão embargada, é insustentável a alegação de que a decisão foi obscura.

Confira-se trecho do julgado, *in verbis*:

*"Sendo a SELIC a taxa a que faz alusão o art. 406 do CC/02, nos termos do precedente da Corte, **cumpre aplicá-la** de forma a não vulnerar o direito vigente..."* [grifou-se]

Portanto, em que pese o esforço do patrono da recorrente, os embargos de declaração, com o intuito de dar trânsito à pretensão ressarcitória, não merecem ser acolhidos.

4. Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator